

DOSSIÊ

História Indígena:  
o campo interdisciplinar  
renovado

# DOSSIÊ

## HISTÓRIA INDÍGENA: O CAMPO INTERDISCIPLINAR RENOVADO.

### APRESENTAÇÃO



Por todo o século XIX e boa parte do XX os pesquisadores foram embalados pela teoria evolucionista, que classificava os povos indígenas na infância da humanidade. Para a História eram invisíveis, considerados “povos sem história”. Para a Antropologia era iminente o levantamento de dados da cultura material e imaterial dessas populações antes que desaparecessem.

O ambiente teórico pessimista que predominou por longo tempo, que produziu as teorias das perdas culturais e do desaparecimento progressivo dos povos indígenas foi a partir das últimas décadas do século XX se desfazendo frente a uma nova realidade. Inúmeros povos indígenas ao invés de sucumbirem no interior do projeto civilizatório evolucionista e se transmutarem em “bugre”<sup>1</sup>, fizeram outro percurso rumo ao estabelecimento de direitos dentro dos estados nacionais, resultantes da modernidade.<sup>2</sup> Colocaram-se no cenário político, juntamente com seus parceiros e conquistaram espaços nas constituições de seus países. No Brasil, os povos indígenas, organizados e em movimento, com muita luta e apoio indigenista conquistaram direitos fundamentais que foram assegurados na Constituição de 1988.

Nesse cenário brasileiro pesquisas na área de etnologia indígena têm contribuído para ampliar a visibilidade desses povos e evidenciar as perspectivas desses sobre o seu próprio passado, surgindo uma história indígena, forjada entre a

---

<sup>1</sup> Cf. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Do Índio ao Bugre**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1968.

<sup>2</sup>Cf. MONTEIRO, John Manuel. O Desafio da História Indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da Silva; GRUPIONI, Luís D. Benzi (org.). **A Temática Indígena na Escola**. Novos Subsídios para Professores de 1º e 2º Graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. p. 221-228.

antropologia e o indigenismo, que se fortalece a partir dos estudos sobre o processo colonial e seus resultados. Atualmente, tanto a história, quanto a antropologia se voltam para estudos que realçam a *agency* dos povos indígenas, principalmente no contato cada vez mais estreito com as instituições do Estado. O campo da interdisciplinaridade se apresenta fértil, ampliando-se para abranger o significado das políticas públicas para os povos indígenas no âmbito da educação, da saúde, da assistência e de outros setores.

Essa nova realidade, conseqüentemente, tem produzido uma nova história indígena, nos termos definidos por John Manuel Monteiro, indicando-se a mudança do foco de análise, anteriormente centrado no colonizador, passando-se a privilegiar as ações dos índios.<sup>3</sup> Nesse sentido, propôs-se a organização deste dossiê em torno das novas abordagens sobre a história dos povos indígenas – que cada vez mais se fazem presente na história nacional, reaparecendo na cena pública em embates com o Estado e setores mais conservadores da sociedade brasileira, que apresentam interesses divergentes.

Os avanços e desafios da produção do conhecimento sobre os povos indígenas, em uma perspectiva interdisciplinar, encontram nos estudos de Manuela Carneiro da Cunha, John Manuel Monteiro e João Pacheco de Oliveira uma contribuição especial, sobretudo para se pensar as relações entre povos cultural e etnicamente diversos e os seus desdobramentos, para além da aculturação e da tese da extinção.<sup>4</sup> Assim, se observam a perspectiva antropológica lançada sobre as fontes históricas e a percepção da historicidade de conceitos fundamentais para o estudo das relações de alteridade, que se tornaram necessários para a compreensão da atuação dos povos indígenas e sua inserção na sociedade nacional. Estudos realizados, especialmente a partir da década de 1980, apontam para o entendimento da cultura e da etnicidade como produtos históricos, processuais, relacionais, construídos e reconstruídos sob determinados contextos históricos, contribuindo para a dissipação das teorias das perdas culturais, sob as quais muitos povos foram considerados desaparecidos.<sup>5</sup>

A unidade desse dossiê se dá mais pelo tratamento conferido aos estudos sobre os povos indígenas, isto é, protagonismo e interdisciplinariedade, e menos nos

---

<sup>3</sup> Cf. MONTEIRO, John M. *Armas e armadilhas: história e resistência dos índios*. In: NOVAES, Adauto. (org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: FUNARTE/Companhia das Letras, 1999, p. 237-256.

<sup>4</sup> Cf. MONTEIRO, John M. *Tupis, Tapuias e Historiadores*. Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Campinas. UNICAMP, 2001. Tese de Livre Docência.

<sup>5</sup> Cf. CUNHA, Manuela Carneiro (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992; MONTEIRO, John M. *Armas e armadilhas*. Op. cit.; OLIVEIRA, João Pacheco (org.). *A Viagem da Volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2003.

temas e temporalidades, que aqui se apresentam de formas diversas, em tempos e espaços diferentes, mas que adotam uma perspectiva histórico-antropológica de compreensão dos índios como sujeitos dos processos históricos nos quais se inserem. Dessa forma, os trabalhos aqui apresentados dão uma amostra de produções realizadas em um campo interdisciplinar, e que permitem uma reflexão sobre o lugar que o índio tem ocupado na história desta nação.

Esse dossiê colocou em diálogo sete universidades, UFG, UFPA, UFR, UFT, UFMS, UFGD e UCDB, por meio dos seus pesquisadores. Um bom começo para futuras trocas, envolvendo pesquisadores das regiões que, em seu conjunto, abrigam a maior parte da população indígena do Brasil. Os trabalhos apresentados permitem vislumbrar formas variadas de relação entre indígenas e outros sujeitos sociais, identificando-se os diversos interesses em jogo e a alteração das dinâmicas das interações. Mostram diferentes caminhos encontrados pelos indígenas para melhor se situarem em um mundo conturbado pela violência e desrespeito aos seus direitos, não obstante esses estarem explicitamente afirmados na legislação maior desta nação.

No primeiro artigo, “Legislação indigenista: chefes indígenas, Antônio Vieira e a Lei de 09 de Abril de 1655 no cotidiano da Amazônia Portuguesa”, Fernando Roque Fernandes (UFPA) trata da colonização da Amazônia Portuguesa, vista sob o cotidiano de aldeamentos missionários jesuíticos, utilizando como fontes cartas missionárias, a legislação indigenista da época e documentos do Arquivo Histórico Ultramarino. Analisa os embates e alianças firmadas por lideranças políticas da região colonial do Estado do Maranhão e Grão-Pará no século XVII. Evidencia o papel das lideranças indígenas, legitimado pelas autoridades coloniais, que acabaram por consolidar espaços de atuação na busca de seus interesses. Mostra, ainda, que o processo de cristianização dos índios não ocorreu simplesmente como sucesso do trabalho de catequese dos missionários, mas, pela releitura que muitas lideranças indígenas faziam ao considerar o que poderiam ganhar com a conversão.

No segundo, “Da Província ao Estado de Mato Grosso (1860): a conversão dos Terena ao Cristianismo”, de autoria de Noêmia dos S. P. Moura (UFGD) e Rosalvo Ivarra Ortiz (UFGD), é perceptível que o contexto histórico é fundamental para se compreender as opções e escolhas dos povos indígenas em suas variadas relações de contato. A autora estabelece um diálogo com a história e a antropologia, mostrando que as ações dos Terena foram orientadas pela dinâmica da sua organização sociocultural, e realizadas em situações históricas específicas que os levaram a agir de acordo com as possibilidades que se lhes apresentavam. Nesse sentido evidencia que a situação de contato proporcionou aos Terena, da antiga província mato-grossense a possibilidade de construção de novas relações sociais, políticas, econômicas e religiosas, enfocando sobretudo essas últimas a partir das

quais defendem a ideia de que os Terena foram negociando espaços para novas crenças, aceitando-as como uma forma de aproximação e reconhecimento da sociedade envolvente e envolvida, sem, contudo, abandonar as práticas xamânicas.

A partir do projeto de extensão “Cedoc: preservação do patrimônio histórico e cultural indígena no Mato Grosso do Sul”, desenvolvido no Centro de Documentação Indígena Teko Arandu, no Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas, da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), as pesquisadoras Lenir Gomes Ximenes, Héliça da Silva Igrez Branco e Mabel Saldanha Shinohara, desenvolveram o terceiro artigo “Os territórios indígenas nas fontes escritas, um diálogo entre história e antropologia”. As autoras analisam as possibilidades de utilização de documentos oficiais e de material jornalístico nas pesquisas relacionadas às terras indígenas, enquanto subsídios às lutas indígenas. Na documentação, que fornece significativas informações para analisar a violação dos direitos indígenas no Brasil, buscam a percepção dos indígenas a respeito de suas próprias histórias

No quarto artigo - “Índios e Militares no século XX: a invisibilidade do caos humano nas fronteiras” - Maria Geralda Almeida Moreira (UFG) trata da política indigenista vigente no período da ditadura militar no Brasil, ocupando-se, sobretudo, da região amazônica. Enfatiza a resistência apresentada pelos indígenas ao projeto nacional desenvolvimentista, através da documentação produzida pelo “Comitê Estadual da Verdade do Amazonas” e pela “Comissão Nacional da Verdade”. Demonstra também que a violência empreendida pelo Estado ditatorial foi silenciada por décadas, embora mantida viva na memória das etnias atingidas e, que essa memória passou a ser conhecida pelos próprios sobreviventes no amplo movimento de reafirmação dos povos indígenas do Brasil, mobilizados pelo movimento indígena do século XXI, como no caso dos Waimiri-Atroari.

Ao tratar da política indigenista, no quinto artigo - “A legislação Indigenista no Brasil republicano, do SPI À FUNAI: avanços e continuidades” Daise Alves (UFT) e Martha Victor Vieira (UFT) assinalam as profundas modificações produzidas nas relações entre o Estado e os povos indígenas, a partir da participação dos índios em um amplo movimento de defesa de seus direitos, destacando o protagonismo indígena na contemporaneidade. Nesse processo destacam os avanços e as continuidades culturais nas relações entre os indígenas e o Estado brasileiro.

No sexto artigo - “‘Era tudo nosso’: Arqueologia do colonialismo e da resistência na Terra Indígena Lalima, Miranda/MS” - paradigmático do diálogo interdisciplinar entre História, Antropologia e Arqueologia, Eduardo Bespalez (UFR) explora o papel recursivo dos contextos arqueológicos em relação às demandas territoriais da comunidade, com o objetivo de legitimar as reivindicações indígenas

por melhores condições de existência. Analisa o processo de formação territorial, a usurpação do território tradicional e a superpopulação no atual território de Lalima, a partir de pressupostos teóricos da arqueologia do colonialismo. Adota uma abordagem crítica e alternativa à arqueologia do contato cultural, que compreendeu os povos indígenas como sujeitos passivos que caminhavam para a assimilação e aculturação.

Fechando o dossiê o artigo “Rituais e cerimônias religiosas Chané-guaná: o xamanismo Terena nos estudos etnográficos”, de Hugo Cezar Fernandez Gondim e Iára Quelho de Castro, apresenta uma discussão de uma série de estudos relacionados aos rituais xamânicos e cerimoniais mágico-religiosos dos *Koixomunet*. A partir de informações encontrados em etnógrafos como Kalervo Oberg, Branislava Susnik, Altenfelder Silva, Alfred Métraux, Claude Lévi-Strauss e Roberto Cardoso de Oliveira, o autor mostra as práticas xamânica dos Terena. Aponta mudanças e transformações ocorridas e sugere a persistência no tempo presente de um xamanismo transformado pela história do contato, que se revela em performances que emergem no contemporâneo movimento indígena.

Finalmente, entregamos aos leitores um conjunto de artigos que, além das profícuas reflexões que apresentam, sob diferentes maneiras são portadores de esperanças, de que dias melhores poderão emergir da atuação política dos próprios indígenas, e seus parceiros, aos quais nos juntamos, na pretensão de contribuir para a modificação das relações assimétricas e injustas, ainda vigentes. Aos autores agradecemos a contribuição dada nesse contexto, no qual produção de conhecimento sobre os povos indígenas torna-se significativa.

Iára Quelho de Castro  
Noêmia dos Santos Pereira Moura  
Vera Lúcia Ferreira Vargas  
organizadoras